
Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido negativo e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota 1 e Nota 27 às demonstrações financeiras, que descreve que, em 10 de fevereiro de 2022, a Administração da Companhia formalizou perante à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), pedido de relicitação da concessão do Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim - Galeão, única atividade operacional da Companhia. Conforme estabelece o processo de relicitação, as obrigações da Companhia relativas à manutenção e operação da concessão permanecem inalteradas até a finalização do referido processo. Desta forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se



Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 14 de abril de 2022


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
Caren Henriete Macohin
Assinado por: CAREN HENRIETE MACOHIN/01454117966
CPF: 01454117966
Papel: Sócia de Auditoria
Data/Hora da Assinatura: 14 April 2022 | 10:48 BRT


Cáren Henriete Macohin
Contadora CRC 1PR038429/O-3 "T" SC

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.**Balço Patrimonial em 31 de dezembro**

Em milhares de reais

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	2.184	96.893
Aplicações financeiras	7	225.503	261.484
Contas a receber	8	74.329	72.961
Estoques		6.574	7.007
Tributos a recuperar	9	3.347	3.483
Despesas antecipadas		9.326	6.168
Outros ativos		312	1.519
		<u>321.575</u>	<u>449.515</u>
Não circulante			
Aplicações financeiras	7	81.393	78.310
Contas a receber	8	3.480	3.504
Tributos a recuperar	9	4.340	15.679
Despesas antecipadas		33	434
Outros ativos		1.141	1.015
		<u>90.387</u>	<u>98.942</u>
Imobilizado	12	1.692	2.126
Intangível	13	16.643.631	15.354.993
		<u>16.735.710</u>	<u>15.456.061</u>
Total do ativo		<u><u>17.057.285</u></u>	<u><u>15.905.576</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Balço Patrimonial em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Passivo e patrimônio líquido negativo	Nota	2021	2020
Circulante			
Financiamentos	14	202.625	135.815
Arrendamentos	15	3.022	1.000
Fornecedores e contas a pagar		63.035	52.335
Obrigações sociais e trabalhistas		21.484	30.346
Adiantamento de clientes	16	22.150	17.430
Tributos a pagar		9.735	35.383
Outros Passivos	18	1.025	2.907
		<u>323.076</u>	<u>275.216</u>
Não circulante			
Financiamentos	14	975.142	1.173.476
Arrendamentos	15	2.281	1.267
Partes relacionadas	10	564	782
Obrigações com Poder Concedente	17	15.948.120	13.498.167
Adiantamento de clientes	16	101.811	116.442
Provisão para contingências	19	1.368	2.429
		<u>17.029.286</u>	<u>14.792.563</u>
Patrimônio líquido negativo	20		
Capital social		5.711.961	5.711.961
Prejuízos acumulados		(6.007.038)	(4.874.164)
		<u>(295.077)</u>	<u>837.797</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido negativo		<u>17.057.285</u>	<u>15.905.576</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita líquida	21	465.281	490.910
Custo dos serviços	22	<u>(376.186)</u>	<u>(408.127)</u>
Lucro bruto		89.095	82.783
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	23	(74.056)	(84.424)
Redução ao valor recuperável de ativos	13	(3.257)	(1.176.701)
Outras receitas e despesas, líquidas		<u>14.201</u>	<u>334.539</u>
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro, líquido		25.983	(843.803)
Receitas financeiras	24	74.280	25.910
Despesas financeiras	24	<u>(1.233.137)</u>	<u>(837.302)</u>
Resultado financeiro, líquido		<u>(1.158.857)</u>	<u>(811.392)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(1.132.874)	(1.655.195)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11(a)	<u>-</u>	<u>(161.768)</u>
Prejuízo do exercício		<u>(1.132.874)</u>	<u>(1.816.963)</u>
Prejuízo por ação básico e diluído (expresso em R\$ por ação)	25	<u>(0,20)</u>	<u>(0,32)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.**Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro**

Em milhares de reais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prejuízo do exercício	(1.132.874)	(1.816.963)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(1.132.874)</u>	<u>(1.816.963)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.**Demonstração das mutações no patrimônio líquido negativo**

Em milhares de reais

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2019	5.711.961	(3.057.201)	2.654.760
Prejuízo do exercício	-	(1.816.963)	(1.816.963)
Em 31 de dezembro de 2020	<u>5.711.961</u>	<u>(4.874.164)</u>	<u>837.797</u>
Prejuízo do exercício	-	(1.132.874)	(1.132.874)
Em 31 de dezembro de 2021	<u>5.711.961</u>	<u>(6.007.038)</u>	<u>(295.077)</u>

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.132.874)	(1.655.195)
Ajustes:		
Depreciação e amortização	48.054	53.827
Ajuste a valor presente da contribuição fixa	213.380	219.556
Varição monetária da contribuição fixa	717.138	338.201
Juros sobre reperfilamento da contribuição fixa	196.421	169.973
Provisão para contingências	(1.061)	603
Juros e encargos sobre financiamentos	101.376	105.304
Juros sobre arrendamentos	468	89
Provisão para risco de crédito	(799)	4.924
Apropriação de receita diferida	(20.762)	(29.571)
Apropriação de receita com reequilíbrio econômico financeiro	1.339	(324.978)
Atualização monetária do reequilíbrio econômico financeiro	(56.721)	-
Redução ao valor recuperável de ativos	3.257	1.176.701
Baixas de Imobilizado	-	2
	69.216	59.436
Variações nos ativos e passivos		
Aplicações financeiras	32.898	76.672
Contas a receber	(545)	101.853
Partes relacionadas ativo	-	18.577
Tributos a recuperar	11.475	8.948
Estoques	433	692
Despesas antecipadas	(2.757)	1.699
Outros ativos	1.081	(249)
Fornecedores e outras contas a pagar	10.700	12.049
Obrigações sociais e trabalhistas	(8.862)	5.350
Partes relacionadas passivo	(218)	(23.697)
Tributos a pagar	(25.648)	26.019
Obrigações com Poder Concedente	88.672	(14.795)
Adiantamento de clientes	10.851	3.615
Outros passivos	(1.901)	(18.822)
Caixa proveniente das operações	185.395	257.347
Juros pagos	(99.164)	(52.013)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	86.231	205.334
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizado	(361)	(107)
Aquisições intangível	(43.666)	(37.203)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(44.027)	(37.310)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de financiamentos	(133.736)	(72.207)
Amortização de arrendamento	(3.177)	(3.119)
Caixa líquido (aplicado nas) / proveniente das atividades de financiamentos	(136.913)	(75.326)
Aumento(redução) líquida do caixa e equivalente de caixa	(94.709)	92.698
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	96.893	4.195
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.184	96.893

Transações que não envolveram caixa ou equivalentes de caixa

Compensação de obrigações com Poder Concedente com saldo de reequilíbrio econômico financeiro (Nota 19)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.**Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro**

Em milhares de reais

	2021	2020
Receitas		
Receita de serviços	485.404	520.402
Receita de construção	40.747	34.834
Outras receitas	15.648	368.635
Provisão para risco de crédito	799	(4.924)
	<u>542.598</u>	<u>918.947</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos operacionais	(263.472)	(287.019)
Redução ao valor recuperável de ativos	(3.257)	(1.176.701)
Custo de obras de infraestrutura	(40.747)	(34.834)
	<u>(307.476)</u>	<u>(1.498.554)</u>
Valor adicionado bruto	235.122	(579.607)
Depreciação e amortização	(48.054)	(53.827)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>187.068</u>	<u>(633.434)</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	74.280	25.910
Valor adicionado total a distribuir	<u>261.348</u>	<u>(607.524)</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	85.134	95.840
Remuneração direta	63.668	72.656
Benefícios	18.112	18.481
FGTS	3.354	4.703
Impostos, taxas e contribuições	75.021	273.957
Federais	58.906	257.547
Estaduais	346	424
Municipais	15.769	15.986
Remuneração de capitais de terceiros	1.234.067	839.642
Encargos financeiros e outros	1.234.067	839.642
Remuneração de capitais próprios	(1.132.874)	(1.816.963)
Prejuízo retido	(1.132.874)	(1.816.963)
Valor adicionado distribuído	<u>261.348</u>	<u>(607.524)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A. (“CARJ” ou “Concessionária” ou “Companhia”) foi constituída em 4 de fevereiro de 2014 e tem por objeto social exclusivo a exploração, sob o regime de concessão, do Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim – Galeão (“Aeroporto do Galeão” ou “Aeroporto”), e a prestação dos serviços de execução, gestão e fiscalização dos serviços necessários à ampliação, manutenção, gerenciamento e exploração do Aeroporto do Galeão. A Companhia tem sede na Avenida Vinte de Janeiro, s/nº - Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim, Galeão, na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro.

(a) Contrato de concessão

Em 2 de abril de 2014, a Companhia e a Agência Nacional de Aviação Civil (“ANAC” ou “Agência” ou “Poder Concedente”) assinaram o contrato de concessão do Aeroporto do Galeão, decorrente do Edital de Concessão nº 01/2013, com vigência pelo prazo de 25 anos, prorrogável por até 5 anos. A Companhia iniciou as suas operações em 12 de agosto de 2014.

O contrato tem por objeto a concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária do complexo, a ser implementada nas seguintes fases:

- FASE I-A - Transferência das operações do Aeroporto sob comando da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (“Infraero”) para a Companhia;
- FASE I-B - Ampliação do Aeroporto pela Companhia para adequação da infraestrutura e melhoria do nível de serviços;
- FASE II - Demais fases de ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto para atendimento aos parâmetros mínimos de dimensionamento previstos no Plano de Exploração Aeroportuária–PEA.

Integram a concessão os bens necessários à prestação do serviço de exploração aeroportuária disponibilizados pelo poder público e incorporados pela Companhia. Os investimentos em obras e intervenções nos bens do poder público, previstos no contrato de concessão, não são passíveis de reembolso. Extinta a concessão, retornarão ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à infraestrutura do complexo aeroportuário.

Pelo direito de exploração do Aeroporto do Galeão, a Companhia se obriga a pagar à União as seguintes contribuições:

- **Contribuição fixa:** Corresponde ao montante a ser pago em decorrência da oferta realizada pela concessão, conforme cronograma estabelecido no Termo Aditivo nº 001/2017 ao contrato de concessão;
- **Contribuição variável:** Correspondente ao montante anual resultante da aplicação da alíquota de 5% sobre a base da receita bruta anual deduzido do montante resultante da aplicação da alíquota de 26,4165% sobre a receita proveniente da cobrança de tarifas de embarque, pouso e permanência e dos preços unificados e de permanência, domésticas e internacionais, e de armazenagem e capatazia; e
- **Contribuição mensal:** Corresponde à aplicação de alíquota de 22,652134% sobre a receita proveniente da cobrança de tarifas de embarque, pouso e permanência e dos preços unificados e de permanência, domésticas e internacionais, e de armazenagem e capatazia, conforme decisão nº 106 emitida em 28 de junho de 2017 pela ANAC.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Contexto operacional

Desde março de 2020, após a declaração da pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS) provocada pela COVID-19, a Concessionária trabalha em parceria com as autoridades competentes, com o objetivo de estar sempre atualizada em relação às melhores práticas estabelecidas pela ANAC e pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (“ANVISA”) no combate à COVID-19. A intenção é fortalecer constantemente as medidas de segurança sanitária e transmitir ao passageiro a confiança necessária para a retomada de viagens, lembrando que os aeroportos internacionais passam por rígidas inspeções em seus terminais de passageiros. Ainda, por possuir um posto da ANVISA em suas dependências, o Aeroporto passa por regulação e controle constante de medidas de segurança sanitária. Como resultado de todo este trabalho desenvolvido, o Aeroporto do Galeão foi certificado e se tornou membro do programa Airport Health Accreditation (“AHA” - Programa de Saúde Aeroportuária) do Airports Council International (“ACI”) e foi o primeiro aeroporto brasileiro a receber o selo Safe Travels da World Travel & Tourism Council (“WTTC”). Além disso, também foi reconhecido pela Secretaria de Turismo do Estado do Rio de Janeiro com o selo Turismo Consciente.

Em 2021, o RIOgaleão manteve seu compromisso de oferecer segurança sanitária aos passageiros e, com isso, fomentar a retomada do setor aéreo. Neste sentido, o selo AHA da ACI foi renovado e ações de conscientização das medidas de combate à COVID-19 continuaram a ser realizadas, tanto no terminal de passageiros, quanto no *website* e redes sociais.

Com foco na retomada pós-pandemia, a Companhia implementou ações em parceria com trade de turismo local e companhias aéreas, visando estimular a demanda, e inaugurou a Praça do Rio, ofertando assim mais opções de alimentos e bebidas aos passageiros. Adicionalmente, realizou iniciativas voltadas ao público geral, com foco nos moradores da Ilha do Governador, como a parceria com iFood e a Campanha de Natal da Galinha Pintadinha, reforçando o posicionamento do Aeroporto como centro de conveniência e lazer para cidade do Rio de Janeiro.

Considerando o cenário econômico do país e, principalmente, que os impactos gerados pela pandemia da COVID-19 afetam e continuarão afetando toda a indústria da aviação civil nas próximas décadas, a Concessionária entende que seria necessário um reequilíbrio econômico-financeiro completo até 2039, como previsto no Contrato de Concessão, uma vez que os reequilíbrios anuais não oferecem previsibilidade para uma atuação sustentável em todo o período de concessão. Posto isso, em 04 de maio de 2021, a Concessionária protocolou junto à ANAC um novo Pleito de Reequilíbrio Econômico-Financeiro referente aos efeitos causados pela pandemia ao longo de todo o período da Concessão.

Para apuração do fluxo de caixa marginal (“FCM”) dos referidos impactos, a Concessionária considerou as melhores estimativas da administração quanto às projeções do Aeroporto nos cenários pré-covid – projeção elaborada em dezembro de 2019, previamente aos impactos causados pela pandemia, para fins do Teste de *Impairment* - e pós-covid- projeção elaborada em fevereiro de 2021, utilizando as mesmas bases e premissas pré-covid com a inclusão das estimativas dos impactos completos da pandemia no negócio da Concessionária. O pleito dos impactos completos da pandemia entre os anos de 2021 e 2039, elaborado pela Administração da Companhia, foi apresentado foi no valor de R\$ 4,15 Bi, na data base de 01 de janeiro de 2021, que com gross-up de impostos totalizam R\$7,5 Bi.

Em 08 de julho de 2021 a ANAC encaminhou o pleito à Procuradoria Federal para emissão de parecer e, em 08 de outubro de 2021, a Concessionária recebeu o Ofício da ANAC indeferindo o pleito, sob justificativa da ausência dos requisitos normativos e contratuais para o deferimento da revisão extraordinária. Diante disso, a Concessionária protocolou recurso em 29 de outubro de 2021.

Em seguida, em 10 de novembro de 2021, a Concessionária solicitou à Agência a apreciação de um recorte do pleito originalmente protocolado, solicitando uma análise prioritária dos impactos dos anos de 2021 e 2022. Com relação a este, a ANAC respondeu por meio da Nota Técnica (“NT”) nº

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

01/2022/GERE-ANAC, a qual a Concessionária, em 07 de fevereiro de 2022, apresentou manifestação quanto aos pontos apresentados pela Agência na referida NT 01/2022. Em 10 de fevereiro de 2022 a Concessionária recebeu o Ofício nº 21/2022/GERE/SRA-ANAC informando que em razão da análise da manifestação protocolada pela Concessionária, foi prorrogado o prazo de conclusão da análise do referido pleito por mais 90 dias.

Por fim, em 1 de abril de 2022 a ANAC emitiu a NT nº 31/2022/GERE/SRA, na qual analisou a manifestação protocolada pela Concessionária. A Companhia se manifestará num prazo de 15 dias acerca da metodologia e premissas utilizadas pela ANAC, considerando que entende que há divergências nos cálculos apurados.

Em função dos pontos elencados acima, a Concessionária, em 10 de fevereiro de 2022, apresentou pedido para início de processo de relicitação da concessão junto à ANAC, conforme previsto na lei nº 13.448, de 05 de junho de 2017. O pedido considerou os fatos abaixo dispostos:

- (i) As graves crises macroeconômicas pelas quais passa o Brasil desde 2014;
- (ii) O grande descompasso entre a demanda projetada – e constante dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômico-financeira e Ambiental (“EVTEA”) que precificaram o valor mínimo de outorga e o programa de investimentos, dentre outros – e a demanda realizada durante a execução contratual;
- (iii) A recente e imprevisível crise decorrente da pandemia da COVID-19, evento de força maior, afetando sobremaneira o setor de infraestrutura aeroportuária; e
- (iv) A ocorrência de eventos que causaram desequilíbrio econômico-financeiro da Concessão e que não foram recompostos tempestivamente e em sua totalidade pela ANAC, incluindo o pleito apresentado referente aos impactos da pandemia ao longo de todo o período da Concessão.

A Concessionária, apesar do capital circulante líquido e do patrimônio líquido negativos, continuará responsável pela operação do Aeroporto até o final do processo de relicitação, mantendo os padrões de segurança e qualidade na operação. A Companhia possui condições para honrar seus compromissos financeiros de acordo com as perspectivas do negócio, amparados em seu contrato de concessão, o qual permite pleitos de reequilíbrio econômico financeiro junto ao Poder Concedente, visando a continuidade da operação. As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas sob a premissa de continuidade operacional.

2 Políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as normas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros, é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho Fiscal em 14 de abril de 2022.

A Demonstração do Valor Adicionado foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, sua moeda de apresentação.

2.2 Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

O caixa e os equivalentes de caixa são avaliados ao custo amortizado até a data do balanço e compreendem dinheiro em caixa e depósitos bancários à vista.

As aplicações financeiras são avaliadas ao valor justo por meio do resultado e compreendem o fundo de investimento exclusivo administrado pelo Banco Santander S.A., cujas aplicações são realizadas em Letras Financeiras do Tesouro (LFTs).

2.3 Ativos financeiros

(a) Classificação, Reconhecimento e Mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 48 (IFRS 9). A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são contabilizados utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

(b) Ativos mensurados ao custo amortizado

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.4 Contas a receber

O contas a receber de clientes corresponde aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e é inicialmente reconhecido pelo valor justo, que não difere dos valores faturados incluindo os respectivos impostos diretos e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, menos a provisão para risco de crédito ("PRC").

A Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito, em linha com as determinações divulgadas pelo CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros, estabelecendo uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito associada à sua expectativa de perda esperada. Dessa forma, a provisão para risco de crédito é constituída com base na análise da probabilidade de recebimento dos títulos em aberto. Além do reconhecimento da PRC com base no histórico de perdas, a Concessionária reconheceu uma perda de 100% para os títulos emitidos a partir de 11 de março de 2020, data do reconhecimento da pandemia pela OMS, e vencidos há mais de 60 dias, excepcionalmente, pelo período da pandemia da COVID-19.

O montante registrado em 31 de dezembro de 2021 é considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas esperadas que possam advir sobre o saldo de recebíveis em aberto.

2.5 Estoques

Os estoques correspondem a materiais de reposição e manutenção relacionados às atividades da Companhia e são demonstrados ao custo. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel.

2.6 Despesas antecipadas

As despesas antecipadas, compostas basicamente por prêmios de seguros e licenças a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com a prazo de vigência.

2.7 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los na apuração de tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.8 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido de depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens referentes aos bens não conversíveis ao Poder Concedente.

A depreciação é calculada utilizando o método linear considerando seus custos e valores residuais durante a vida útil estimada (Nota 12).

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

2.9 Ativos intangíveis

(i) Infraestrutura

Nos termos do contrato de concessão e dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (IFRIC 12), a Companhia atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, bem como operar e manter essa infraestrutura durante o prazo do contrato. O contrato de concessão estabelecido entre a ANAC e a Companhia não determina nenhuma remuneração em ativos financeiros. Dessa forma, a remuneração se dará pela exploração da infraestrutura. As aquisições de bens reversíveis efetuadas durante o prazo de concessão serão entregues ao Poder Concedente, ao final da concessão, em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelos serviços prestados aos usuários.

A amortização deste ativo intangível, representado pelos dispêndios realizados para ampliar a estrutura aeroportuária, é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de consumo do benefício econômico esperado (curva de demanda de passageiros) ao longo do prazo de concessão do aeroporto.

(ii) Software

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os ativos e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados conforme mencionado na Nota 13.

(iii) Direito de outorga

O gasto com o direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, calculado com base na taxa de juros anual NTN-B - 150535 de 6,22%, taxa equivalente de mercado com juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno da concessão. A amortização deste direito é realizada com base na curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo da concessão (curva de demanda de passageiros), limitada à capacidade máxima de cada marco de investimento.

Os marcos de investimento originam-se de gatilhos atrelados à curva de demanda de passageiros, com vistas à manutenção do nível de serviço exigido pelo Poder Concedente. Os ônus financeiros provenientes da atualização da outorga são capitalizados ao longo da evolução dos marcos de investimento em andamento, até a sua conclusão.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.10 Obrigações com o Poder Concedente

Representa o valor presente das obrigações a pagar ao Poder Concedente pelo direito de exploração do Aeroporto do Galeão que são registradas inicialmente a valor justo, corrigidas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") e posteriormente amortizadas pelas liquidações financeiras.

A contrapartida da atualização pela recomposição do valor presente e correção monetária está diretamente relacionada ao direito de outorga, registrado no ativo intangível. A contrapartida referente aos marcos de investimento já concluídos é registrada no resultado do exercício como despesa financeira. Já a contrapartida referente aos marcos de investimento ainda em andamento é registrada como adição ao ativo intangível.

2.11 *Impairment* de ativos não financeiros

As revisões de *impairment* de ativos não financeiros são realizadas anualmente ou com maior frequência se houver alguma indicação de que o ativo possa ter sofrido desvalorização.

Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa).

Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.12 Financiamentos

Os financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação. Os recursos financeiros tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), com base na taxa efetiva.

Os custos de financiamento gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de financiamento são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.13 Arrendamentos

Os arrendamentos são reconhecidos de acordo com o CPC 06 (IFRS 16), no qual o passivo é mensurado ao valor presente através do fluxo de pagamentos do arrendamento, utilizando a taxa incremental sobre financiamento do arrendatário e o ativo de direito de uso é reconhecido ao valor equivalente ao passivo de arrendamento.

A taxa incremental utilizada para descontar o valor dos contratos é a taxa de captação corporativa que está atrelada aos financiamentos da Companhia.

2.14 Fornecedores e contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.15 Capital social

As ações ordinárias e aportes de capital são classificados no patrimônio líquido.

2.16 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, abatimentos e descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. As receitas são reconhecidas quando ocorre a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes, no valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços, conforme descrito no CPC 47 (IFRS 15).

(i) Receitas de serviços

As obrigações de performance das receitas de serviços tarifários são reconhecidas quando há a efetiva utilização dos serviços, dos equipamentos, das instalações e das facilidades disponíveis no aeroporto. Contemplam as tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia.

As obrigações de performance das receitas de serviços não tarifários contemplam a exploração de atividades econômicas no aeroporto de cessão de espaços e outros serviços auxiliares às áreas comerciais do sítio aeroportuário. Estas receitas não são regidas por nenhuma regra estabelecida pelo Poder Concedente, são negociadas livremente entre as partes contratadas e registradas mediante a evidência dos serviços prestados.

(ii) Receita de construção

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12). Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços de construção, quando incorridos.

A Administração entende que a margem de supervisão das obras é imaterial para fins de mensuração. Logo, a receita de construção é reconhecida sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, com margem próxima a 0%.

(iii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.17 Benefícios a empregados

A Companhia mantém convênio de adesão com a MULTIPREV - FUNDO MÚLTIPLO DE PENSÃO (ou "MULTIPREV"), entidade fechada de previdência privada e este convênio teve seu início em 01 de abril de 2019, constituindo-se em uma de suas patrocinadoras conveniadas. A MULTIPREV proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras.

No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da MULTIPREV estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes e, em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação nem responsabilidade por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar. As contribuições da Companhia para planos de previdência no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram de R\$ 1.250 (31 de dezembro de 2020, R\$ 1.214).

Por se tratar de um plano de contribuição definida cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a Administração avaliou como não aplicável ao plano MULTIPREV o tratamento como plano de benefício definido, conforme CPC 33 (IAS 19) "Benefícios a empregados".

2.18 Prejuízo por ação

A Companhia efetua os cálculos do prejuízo por ação utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

2.19 Provisão para contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor tiver sido estimado com segurança.

2.20 Novas normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2021.

- IFRS 17/CPC 50 – Contratos de seguro - A IFRS 17 substitui a IFRS 4/CPC 11 – Contratos de seguro. O objetivo da alteração é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem de forma fidedigna a essência desses contratos, por meio de um modelo de contabilidade consistente.

A Companhia realizou uma avaliação prévia e entende que a norma não trará impacto em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As demonstrações financeiras da Companhia são revistas de maneira contínua e, para o exercício de 2021 incluem, portanto, estimativas que possuem risco significativo de resultar em ajuste material

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

dentro do próximo exercício, principalmente quanto à determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos de projeção de passageiros e a projeção para reconhecimento e realização de imposto de renda e contribuição social diferidos e outras similares que, não obstante refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados reais.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Conforme mencionado na nota 1, a Companhia elaborou suas demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional e possui condições para honrar seus compromissos financeiros de acordo com as perspectivas do negócio, amparados em seu contrato de concessão, o qual permite pleitos de reequilíbrio econômico financeiro junto ao Poder Concedente, visando a continuidade da operação. Esses eventos são considerados julgamentos críticos pela Administração da Companhia.

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos ativos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e para registro de prejuízos fiscais e bases negativas não utilizados na medida em que seja provável a existência de lucro tributável futuro suficiente para sua recuperação. Para as diferenças temporárias tributáveis, a Companhia reconhece o passivo fiscal diferido (Nota 11(b)).

A recuperabilidade do saldo do ativo diferido é revisada no fim de cada período, e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

(b) Capitalização e amortização dos ativos intangíveis

A Companhia reconhece a capitalização das despesas financeiras e o efeito da amortização dos ativos intangíveis, decorrentes do contrato de concessão, através da curva de capacidade instalada e da curva de consumo do benefício econômico esperado (curva de demanda de passageiros), limitado ao prazo final da concessão, respectivamente. A Administração entende que essas são as melhores estimativas para refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo intangível.

(c) Impairment de ativos não financeiros

A Companhia realiza o teste do valor recuperável de seu ativo intangível anualmente ou com maior frequência se houver alguma indicação de que o ativo possa ter sofrido desvalorização com o objetivo de analisar eventuais perdas por redução do valor recuperável do ativo intangível. O teste é realizado comparando-se o valor contábil do ativo intangível com o valor presente dos fluxos de caixa operacionais da unidade geradora de caixa da infraestrutura atual do Aeroporto do Galeão. Os fluxos de caixa operacionais são baseados em projeções realizadas pela Companhia segundo as melhores práticas e o valor presente é calculado com base no custo médio ponderado de capital, nominal antes dos impostos.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Gestão de risco financeiro

(a) Considerações gerais

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores e contas a pagar e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

(b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez e a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e do patrimônio.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de financiamento e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio, conforme mencionado na Nota 1.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para cumprir os seus compromissos, conforme determinado pelas previsões de caixa elaboradas pela Companhia.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	<u>Menos de um ano</u>	<u>Acima de um ano</u>	<u>Juros a incorrer</u>
Em 31 de dezembro de 2021			
Financiamentos	202.625	975.142	283.747
Arrendamentos	3.022	2.281	-
Fornecedores e contas a pagar	63.035	-	-
Obrigações com Poder Concedente	-	27.414.673	-

(d) Risco associado a taxas de juros e índice de inflação

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação das taxas de juros, podendo causar um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantém seus financiamentos atrelados à taxa de juros de longo prazo ("TJLP") e à taxa média de risco de crédito anual de 3,28%.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia mantém a sua contribuição fixa atrelada ao IPCA.

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamento.

Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Para cada simulação, é usada a mesma mudança na taxa de juros. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

(i) Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa de juros em seus financiamentos e aplicações financeiras e variação do IPCA na contribuição fixa, sendo estas as principais exposições de risco de mercado da Companhia.

A exposição ao risco decorre da possibilidade de a Concessionária sofrer ganhos e perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros flutuantes e do IPCA.

Nos quadros abaixo, são considerados três cenários sobre ativos e passivos financeiros relevantes, sendo: cenário provável, o adotado pela Concessionária e cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados com deterioração de 25% (cenário A) e 50% (cenário B) da variável do risco considerado. As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros são:

	31 de dezembro de 2021	Risco / indexador	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Ativo Financeiro					
Caixa e equivalentes de caixa	2.184	SELIC	202	152	101
Aplicações financeiras	306.896	SELIC	28.388	21.291	14.194
			Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Referência de ativos financeiros SELIC (% ao ano)			9,25%	6,94%	4,63%
Passivo Financeiro					
Financiamentos	1.177.767	TJLP	62.657	78.322	93.986
Obrigações com Poder Concedente	15.948.120	IPCA	1.604.381	2.005.476	2.406.571
			Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Referência de passivos financeiros			5,32%	6,65%	7,98%
TJLP (% ao ano)			10,06%	12,58%	15,09%
IPCA (% ao ano)					

(e) Risco de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições com *ratings* de crédito aceitáveis.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ativo financeiro da concessão		
Contrapartes sem classificação externa de crédito		
Contas a receber (Nota 8)	77.809	76.465
	<u>77.809</u>	<u>76.465</u>
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras		
Contrapartes com classificação externa de crédito		
Instituição financeira (Notas 6 e 7)	308.883	436.494
Contrapartes sem classificação externa de crédito		
Caixa geral e numerários em trânsito (Nota 6)	197	193
	<u>197</u>	<u>193</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	<u>309.080</u>	<u>436.687</u>

(f) Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos e passivos circulantes

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia aproximam-se dos seus valores de realização.

(g) Gestão de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos (incluindo financiamentos de curto e longo prazo adquiridos no mercado conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento podem ser assim sumarizados:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Total dos financiamentos (Nota 14)	1.177.767	1.309.291
Menos: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(2.184)	(96.893)
Menos: Aplicações financeiras (Nota 7)	(306.896)	(339.794)
	<u>868.687</u>	<u>872.604</u>
Dívida líquida	<u>868.687</u>	<u>872.604</u>
Total do patrimônio líquido negativo	<u>(295.077)</u>	<u>837.797</u>
Total do capital	<u>573.610</u>	<u>1.710.401</u>
Índice de alavancagem financeira - %	<u>151</u>	<u>51</u>

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Instrumentos financeiros por categoria

	Ativos Financeiros	
	2021	2020
Ativos mensurados ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	2.184	96.893
Contas a receber (Nota 8)	77.809	76.465
	<u>79.993</u>	<u>173.358</u>
Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras (Nota 7)	306.896	339.794
	<u>386.889</u>	<u>513.152</u>
		Passivos Financeiros
	2021	2020
Passivos mensurados ao custo amortizado		
Financiamentos (Nota 14)	1.177.767	1.309.291
Arrendamentos (Nota 15)	5.303	2.267
Fornecedores e contas a pagar	63.035	52.335
Partes relacionadas (Nota 10)	564	782
Obrigações com Poder Concedente (Nota 17)	15.948.120	13.498.167
Outros passivos (Nota 18)	1.025	2.907
	<u>17.195.814</u>	<u>14.865.749</u>

6 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Bancos conta movimento	1.987	96.700
Numerários em trânsito	197	193
	<u>2.184</u>	<u>96.893</u>

7 Aplicações Financeiras

	2021	2020
Aplicações financeiras	306.896	339.794
	<u>306.896</u>	<u>339.794</u>
Ativo circulante:	225.503	261.484
Ativo não circulante:	81.393	78.310

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As aplicações financeiras referem-se a aplicações no Fundo Diamante, administrado pelo Banco Santander S.A., sendo um fundo de investimento exclusivo cujas aplicações são realizadas em Letras Financeiras do Tesouro (LFT), títulos de renda fixa marcado a mercado com rentabilidade diária vinculada a SELIC. O saldo aplicado no fundo possui liquidez imediata, é considerado de baixo risco de crédito e sem prazo de carência.

De acordo com o contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNDES, os recursos destinados ao pagamento das parcelas devidas a título de outorga fixa, outorga variável e do financiamento de longo prazo devem ser alocados em contas bancárias específicas para estas finalidades.

Em 28 de dezembro de 2020 foi aprovada alteração contratual vigente durante o período contado da data da eficácia até 31 de dezembro de 2021, alterando o percentual mínimo da conta da outorga variável para 0% (zero por cento). Dessa forma, a conta referente a outorga variável possui saldo zerado em 31 de dezembro de 2021.

8 Contas a receber

A Companhia possui contas a receber em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 77.809 (31 de dezembro de 2020, R\$ 76.465), sendo R\$ 27.436 vencidas (31 de dezembro de 2020, R\$ 36.124).

A composição dos valores a receber de clientes está apresentada abaixo:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ativo circulante:		
Comercial	58.022	71.057
Aeroportuária	21.049	13.005
Cargas	16.050	10.701
Outras contas a receber	1.839	1.628
	<u>96.960</u>	<u>96.391</u>
(-) Provisão para risco de crédito	<u>(22.631)</u>	<u>(23.430)</u>
	74.329	72.961
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ativo não circulante:		
Comercial	3.476	3.499
Outras contas a receber	4	5
	<u>3.480</u>	<u>3.504</u>
	<u>77.809</u>	<u>76.465</u>

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores a receber por vencimento estão apresentados abaixo:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ativo circulante:		
A vencer	69.524	60.267
Títulos vencidos:		
De 1 a 30 dias	1.747	1.653
De 31 a 60 dias	743	382
De 61 a 90 dias	512	401
De 91 a 180 dias	627	813
Acima de 180 dias	23.807	32.875
	<u>27.436</u>	<u>36.124</u>
	96.960	96.391
	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ativo não circulante:		
Acima de 12 meses	3.480	3.504
	<u>3.480</u>	<u>3.504</u>
	<u>100.440</u>	<u>99.895</u>

A Companhia reconhece as perdas para risco de crédito de acordo com o CPC 48 (IFRS 9) Instrumentos Financeiros, realizando a estimativa das perdas esperadas que possam ocorrer na cobrança dos ativos financeiros mensurados a custo amortizado. A Companhia utiliza uma matriz de provisão com base no histórico de perdas e na sua avaliação de perdas esperadas.

A seguir apresentamos o percentual aplicado para cada período de recebimento. A Companhia utiliza do julgamento e avaliação de risco para a provisão, caso entenda necessário. Esse julgamento é individualizado por devedor, visando verificar a recuperabilidade de cada dívida.

(a) Percentuais

	<u>No mês de faturamento (M)</u>	<u>M + 30 dias</u>	<u>M + 60 dias</u>	<u>M + 90 dias</u>	<u>M + 120 dias</u>	<u>M + 150 dias</u>	<u>M + 180 dias</u>
Aeroportuário	0,21%	6,92%	35,07%	51,34%	79,34%	97,53%	97,69%
Cargas	0,01%	0,07%	0,40%	0,98%	2,43%	3,06%	6,79%
Comercial	2,61%	25,06%	37,38%	46,11%	53,27%	61,78%	64,71%
TI	2,30%	20,55%	31,53%	41,68%	51,95%	62,41%	66,72%
Outras Receitas	2,90%	26,37%	43,13%	58,36%	67,03%	72,60%	77,69%

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>M + 210</u> <u>dias</u>	<u>M + 240</u> <u>dias</u>	<u>M + 270</u> <u>dias</u>	<u>M + 300</u> <u>dias</u>	<u>M + 330</u> <u>dias</u>	<u>M + 360</u> <u>dias</u>	<u>> 360</u> <u>dias</u>
Aeroportuário	98,03%	98,60%	99,30%	99,50%	100,00%	100,00%	100,00%
Cargas	9,09%	11,89%	16,74%	89,50%	100,00%	100,00%	100,00%
Comercial	66,75%	76,99%	78,55%	98,07%	99,59%	100,00%	100,00%
TI	69,69%	89,01%	92,42%	96,78%	99,34%	100,00%	100,00%
Outras Receitas	82,86%	86,73%	92,46%	98,14%	99,88%	100,00%	100,00%

(b) Movimentação

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo no início do exercício	(23.430)	(18.506)
Adições/Reversões	(4.393)	(5.854)
Baixas	5.192	930
Saldo no final do exercício	<u>(22.631)</u>	<u>(23.430)</u>

9 Tributos a recuperar

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
IR e CSLL retidos na fonte	2.895	3.222
PIS e COFINS retidos na fonte sobre faturamento e não cumulativos	2	11
Crédito de PIS e COFINS sobre intangível em infraestrutura	4.340	15.679
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	315	-
Outros	135	250
	<u>7.687</u>	<u>19.162</u>
Ativo circulante:	3.347	3.483
Ativo não circulante:	<u>4.340</u>	<u>15.679</u>

10 Partes relacionadas

(a) Saldos

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Passivo não circulante:		
Valores a pagar - Infraero (i)	564	782
	<u>564</u>	<u>782</u>

(i) Refere-se a valores que ainda constam em discussão com a Infraero.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Transações

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Valores pagos a Infraero	-	5.031
Movimentação de valores a receber	<u>218</u>	<u>-</u>
	<u>218</u>	<u>5.031</u>

(c) Honorários da administração

A remuneração paga aos administradores, estatutários e não estatutários da Companhia totalizou o montante de R\$ 15.412 (31 de dezembro de 2020, R\$ 11.193).

11 Imposto de renda e contribuição social diferidos

(a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Imposto de renda e contribuição social		
Prejuízo antes dos impostos	<u>(1.132.874)</u>	<u>(1.655.195)</u>
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	<u>385.177</u>	<u>562.766</u>
Ajustes no resultado líquido que afetam o resultado do exercício		
Diferenças permanentes	(2.128)	114
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	<u>(383.049)</u>	<u>(724.648)</u>
Total dos impostos no resultado - diferido	<u>-</u>	<u>(161.768)</u>

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ativo não circulante		
Prejuízo fiscal e base negativa	2.588.194	2.420.174
Outras diferenças temporárias	742.249	346.163
Ativo diferido não constituído	<u>(2.037.387)</u>	<u>(1.654.338)</u>
Tributos diferidos ativos	<u>1.293.056</u>	<u>1.111.999</u>
Passivo não circulante		
Amortização do Intangível	(1.253.323)	(1.071.248)
Outras diferenças temporárias	<u>(39.733)</u>	<u>(40.751)</u>
Tributos diferidos passivos	<u>(1.293.056)</u>	<u>(1.111.999)</u>
Tributos ativos líquidos	<u>-</u>	<u>-</u>

Os impostos diferidos referem-se basicamente a prejuízos fiscais sobre a diferença entre os critérios de amortização da contribuição fixa fiscal e contábil, pelo método linear e pela curva da demanda de passageiros, respectivamente, e a diferença temporária proveniente da divergência entre o tratamento contábil e fiscal para os juros sobre financiamentos capitalizáveis.

A Concessionária não constituiu o montante de R\$ 2.037.387 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 1.654.338 em 31 de dezembro de 2020) de Imposto de renda e Contribuição Social diferidos ativos.

12 Imobilizado

(a) Composição

		<u>2021</u>	<u>2020</u>		
	<u>Taxas anuais de depreciação (%)</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Máquinas e equipamentos	20	4.133	(3.443)	690	1.229
Móveis e utensílios	10	1.022	(673)	349	448
Ferramentas e aparelhos	20	374	(369)	5	17
Veículos	20	927	(728)	199	280
Imobilizado em andamento		449	-	449	152
		<u>6.905</u>	<u>(5.213)</u>	<u>1.692</u>	<u>2.126</u>

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Taxas anuais de depreciação (%)			2020	2019
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos	20	4.072	(2.843)	1.229	1.806
Móveis e utensílios	10	1.019	(571)	448	490
Ferramentas e aparelhos	20	374	(357)	17	36
Veículos	20	927	(647)	280	107
Imobilizado em andamento		152	-	152	437
		<u>6.544</u>	<u>(4.418)</u>	<u>2.126</u>	<u>2.876</u>

(b) Movimentação

	2021	2020
Saldo no início do exercício	2.126	2.876
(+) Adições	361	107
(-) Baixas	-	(2)
(-) Depreciação	<u>(795)</u>	<u>(855)</u>
Saldo no final do exercício	<u>1.692</u>	<u>2.126</u>

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Intangível

(a) Composição

	Taxas anuais médias de amortização (%)				2021	2020
		Custo	Atualização monetária ***	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Intangível em infraestrutura (i)						
Edificações e instalações	*	2.000.375	-	(171.649)	1.828.726	1.780.829
Máquinas e equipamentos	*	300.109	-	(23.400)	276.709	278.142
Móveis e utensílios	*	9.919	-	(853)	9.066	9.169
Veículos	*	16.142	-	(1.275)	14.867	16.089
Intangível em formação		133.828	-	-	133.828	151.058
		<u>2.460.373</u>	-	<u>(197.177)</u>	<u>2.263.196</u>	<u>2.235.287</u>
Outros intangíveis (ii)						
Direito de outorga da concessão	*	9.524.449	7.433.695	(532.390)	16.425.754	15.160.505
Softwares operacionais	*	15.898	-	(1.446)	14.452	15.418
Softwares administrativos	20	36.979	-	(14.090)	22.889	25.998
Direito de uso - arrendamentos	**	8.630	-	(3.612)	5.018	2.206
		<u>9.585.956</u>	<u>7.433.695</u>	<u>(551.538)</u>	<u>16.468.113</u>	<u>15.204.127</u>
		12.046.329	7.433.695	(748.715)	18.731.309	17.439.414
Redução ao Valor Recuperável de Ativos (iii)						
		(2.087.678)	-	-	(2.087.678)	(2.084.421)
		<u>9.958.651</u>	<u>7.433.695</u>	<u>(748.715)</u>	<u>16.643.631</u>	<u>15.354.993</u>

(*) A amortização é calculada de acordo com a curva de consumo do benefício econômico esperado (curva de demanda de passageiros) ao longo do prazo de concessão conforme descrito na nota 2.9 (iii).

(**) A amortização é calculada pelo período de vigência de cada contrato.

(***) Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

					2020	2019
	Taxas anuais de amortização (%)	Custo	Atualização monetária ***	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Intangível em infraestrutura (i)						
Edificações e instalações	*	1.940.107	-	(159.278)	1.780.829	1.775.131
Máquinas e equipamentos	*	299.957	-	(21.815)	278.142	281.842
Móveis e utensílios	*	9.970	-	(801)	9.169	9.858
Veículos	*	17.286	-	(1.197)	16.089	13.567
Intangível em formação		151.058	-	-	151.058	132.110
		<u>2.418.378</u>	<u>-</u>	<u>(183.091)</u>	<u>2.235.287</u>	<u>2.212.508</u>
Outros intangíveis (ii)						
Direito de outorga da concessão	*	9.524.449	6.143.952	(507.896)	15.160.505	14.419.868
Softwares operacionais	*	16.787	-	(1.369)	15.418	15.092
Softwares administrativos	20	34.419	-	(8.421)	25.998	29.752
Direito de uso - arrendamentos	**	2.885	-	(679)	2.206	10.030
		<u>9.578.540</u>	<u>6.143.952</u>	<u>(518.365)</u>	<u>15.204.127</u>	<u>14.474.742</u>
		11.996.918	6.143.952	(701.456)	17.439.414	16.687.250
Redução ao Valor Recuperável de Ativos (iii)						
		(2.084.421)	-	-	(2.084.421)	(907.720)
		9.912.497	6.143.952	(701.456)	15.354.993	15.779.530

(*) A amortização é calculada de acordo com a curva de consumo do benefício econômico esperado (curva de demanda de passageiros) ao longo do prazo de concessão conforme descrito na nota 2.9 (iii).

(**) A amortização é calculada pelo período de vigência de cada contrato.

(***) Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Intangível em Infraestrutura

Referem-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão.

(ii) Outros intangíveis

O contrato de concessão representa um direito de cobrar dos usuários dos serviços públicos pelo período por ele estabelecido em cada contrato.

Os *softwares* correspondem aos sistemas, operacionais e administrativos, adquiridos pela Companhia.

O direito de uso de arrendamentos é decorrente de contratos de arrendamento de equipamentos e licenciamento de software. O direito de uso é amortizado pelo prazo de cada contrato.

(iii) *Impairment*

A Companhia realizou o teste do valor recuperável de seu ativo intangível em 31 de dezembro de 2021 de acordo com o CPC 01 (IAS 36) Redução ao Valor Recuperável de Ativos. O teste foi elaborado com o objetivo de analisar eventuais perdas por redução do valor recuperável do ativo intangível. Para tanto, utilizou-se os fluxos de caixa operacionais da unidade geradora de caixa da infraestrutura atual do Aeroporto do Galeão.

Como mencionado na nota 1(b), a Companhia apresentou pedido para início de processo de relicitação da concessão junto à ANAC, conforme previsto na lei nº 13.448, de 05 de junho de 2017. O pedido considerou os fatos abaixo dispostos:

- (i) As graves crises macroeconômicas pelas quais passa o Brasil desde 2014;
- (ii) O grande descompasso entre a demanda projetada – e constante dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômico-financeira e Ambiental (“EVTEA”) que precificaram o valor mínimo de outorga e o programa de investimentos, dentre outros – e a demanda realizada durante a execução contratual;
- (iii) A recente e imprevisível crise decorrente da pandemia da COVID-19, evento de força maior, afetando sobremaneira o setor de infraestrutura aeroportuária; e
- (iv) A ocorrência de eventos que causaram desequilíbrio econômico-financeiro da Concessão e que não foram recompostos tempestivamente e em sua totalidade pela ANAC, incluindo o pleito apresentado referente aos impactos da pandemia ao longo de todo o período da Concessão.

Posto isso, pela abordagem do “fluxo de caixa esperado”, conforme previsto no CPC 01 (IAS 36), a Companhia refletiu as melhores estimativas para o curto prazo, em um horizonte de 3 anos, considerando a finalização da devolução da concessão do Aeroporto do Galeão em dezembro de 2024. Para cálculo das indenizações sobre os investimentos vinculados a bens reversíveis da Concessão a Companhia se baseou na resolução nº 533, emitida pela ANAC em de 7 de novembro de 2019.

Tal metodologia resultou num reconhecimento de uma provisão para perda por redução do valor recuperável de ativos no montante de R\$ 3.257 em 31 de dezembro de 2021, resultando em um provisão acumulada de R\$ 2.087.678.

A seguir se indica como procedeu-se com o teste, apresentando as principais premissas utilizadas a fim de obter a conclusão descrita no parágrafo acima.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Projeção do fluxo de caixa operacional

Receitas

Para estimar o fluxo de receitas entre janeiro de 2022 e dezembro de 2024, adotou-se as melhores práticas para projeção de receitas da Companhia, alinhadas com o orçamento de curto prazo.

As projeções de passageiros e movimentos de aeronaves, que são premissas chaves, foram reduzidas, devido à frustração de expectativas previamente formuladas. Outras premissas importantes, como previsões macroeconômicas, também foram atualizadas com base no ambiente econômico atual. Desta forma, as recentes frustrações do ambiente econômico e da projeção de demanda e, consequentemente, o impacto na receita aeronáutica e demais receitas da Companhia foram refletidos na projeção dos fluxos de caixa operacionais.

Custos e despesas

Com o objetivo de se obter o fluxo de caixa operacional estimado da Companhia, projetaram-se também os custos e despesas entre janeiro de 2022 e dezembro de 2024. As projeções partiram da atual composição de custos e despesas da Companhia e sua projeção se baseia nos principais drivers de cada linha de gasto, em grande parte, na demanda de passageiros.

Valor presente e taxa de desconto

O valor presente dos fluxos de caixa estimados foi calculado com base no custo médio ponderado de capital, nominal antes dos impostos. Ponderou-se o custo de capital próprio e o custo de capital de terceiros de acordo com a alavancagem média de mercado. Sobre o custo de capital de terceiros, utilizou-se a média dos últimos 12 meses dos custos atuais de financiamento firmados pela Companhia. O custo de capital próprio foi calculado utilizando-se o modelo Capital Asset Pricing Model (CAPM), no qual parte-se de uma rentabilidade mínima, atrelada à rentabilidade de longo prazo das notas de tesouro americanos, e pondera-se por um fator de risco de mercado, que leva em conta o risco geral do mercado brasileiro alavancado pelo nível de risco específico do negócio aeroportuário. A taxa de desconto pós-impostos é de 9,63% a.a. em 2021 (9,72% a.a. em 2020) e a taxa pré-impostos por sua vez é de 25,76% a.a. em 2021 (13,92% a.a. em 2020).

Considerando que no modelo financeiro do cenário atual há o reconhecimento do reequilíbrio econômico-financeiro dos anos de 2021 e de 2022, no exercício de 2022, o que não havia sido considerado no modelo financeiro do cenário do ano anterior, a base para tributação de imposto de renda e contribuição social aumenta de forma expressiva, impactando no descolamento do fluxo de caixa descontado pré-impostos para o fluxo após os impostos.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação

	<u>Infraestrutura</u>	<u>Direito de outorga</u>	<u>Softwares operacionais</u>	<u>Softwares administrativos</u>	<u>Direito de Uso</u>	<u>Impairment</u>	<u>Total</u>
Custo	2.418.378	15.668.401	16.787	34.419	2.885	-	18.140.870
Amortização acumulada	(183.091)	(507.896)	(1.369)	(8.421)	(679)	-	(701.456)
Redução ao valor recuperável de ativos	-	-	-	-	-	(2.084.421)	(2.084.421)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.235.287	15.160.505	15.418	25.998	2.206	(2.084.421)	15.354.993
Aquisições	41.105	-	1	2.560	5.745	-	49.411
Encargos capitalizados	-	1.289.743	-	-	-	-	1.289.743
Transferências Custo	890	-	(890)	-	-	-	-
Amortização	(14.086)	(24.494)	(77)	(5.669)	(2.933)	-	(47.259)
Redução ao valor recuperável de ativos	-	-	-	-	-	(3.257)	(3.257)
Saldo contábil	2.263.196	16.425.754	14.452	22.889	5.018	(2.087.678)	16.643.631
Custo	2.460.373	16.958.144	15.898	36.979	8.630	-	19.480.024
Amortização acumulada	(197.177)	(532.390)	(1.446)	(14.090)	(3.612)	-	(748.715)
Redução ao valor recuperável de ativos	-	-	-	-	-	(2.087.678)	(2.087.678)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.263.196	16.425.754	14.452	22.889	5.018	(2.087.678)	16.643.631

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Infraestrutura</u>	<u>Direito de outorga</u>	<u>Softwares operacionais</u>	<u>Softwares administrativos</u>	<u>Direito de Uso</u>	<u>Impairment</u>	<u>Total</u>
Custo	2.383.538	14.895.323	16.367	32.476	13.867	-	17.341.571
Amortização acumulada	(171.030)	(475.455)	(1.275)	(2.724)	(3.837)	-	(654.321)
Redução ao valor recuperável de ativos	-	-	-	-	-	(907.720)	(907.720)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.212.508	14.419.868	15.092	29.752	10.030	(907.720)	15.779.530
Aquisições	44.308	-	442	1.941	-	-	46.691
Créditos de Pis e Cofins	(9.488)	-	-	-	-	-	(9.488)
Encargos capitalizados	-	773.078	-	-	-	-	773.078
Baixas e remensuração custo (a)	-	-	-	-	(10.982)	-	(10.982)
Baixas e remensuração amortização (a)	-	-	-	-	5.837	-	5.837
Transferências custo	20	-	(22)	2	-	-	-
Transferências amortização acumulada	(2)	-	2	-	-	-	-
Amortização	(12.059)	(32.441)	(96)	(5.697)	(2.679)	-	(52.972)
Redução ao valor recuperável de ativos	-	-	-	-	-	(1.176.701)	(1.176.701)
Saldo contábil	2.235.287	15.160.505	15.418	25.998	2.206	(2.084.421)	15.354.993
Custo	2.418.378	15.668.401	16.787	34.419	2.885	-	18.140.870
Amortização acumulada	(183.091)	(507.896)	(1.369)	(8.421)	(679)	-	(701.456)
Redução ao valor recuperável de ativos	-	-	-	-	-	(2.084.421)	(2.084.421)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.235.287	15.160.505	15.418	25.998	2.206	(2.084.421)	15.354.993

(a) Remensuração referente ao direito de uso de arrendamentos

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Financiamentos

(a) Composição da dívida

<u>Credor</u>	<u>Tipo</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Indexador</u>	<u>Encargos anuais (spread)</u>	<u>Saldo inicial 31/12/2020</u>	<u>Captação</u>	<u>Correção monetária do principal</u>	<u>Pagamento do principal</u>	<u>Juros incorridos</u>	<u>Juros Pagos</u>	<u>Custo de transação</u>	<u>Saldo final 31/12/2021</u>
BNDES	Finem Repasse direto	nov/27	TJLP	1,30%	665.764	-	-	(67.252)	38.014	(37.987)	-	598.539
BNDES ^(a)	Finem Repasse indireto	nov/27	TJLP	5,28%	659.226	-	-	(66.484)	61.092	(61.177)	-	592.657
Custo de transação					(15.699)	-	-	-	-	-	2.270	(13.429)
Total					<u>1.309.291</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(133.736)</u>	<u>99.106</u>	<u>(99.164)</u>	<u>2.270</u>	<u>1.177.767</u>

<u>Credor</u>	<u>Tipo</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Indexador</u>	<u>Encargos anuais (spread)</u>	<u>Saldo inicial 31/12/2019</u>	<u>Captação</u>	<u>Correção monetária do principal</u>	<u>Pagamento do principal</u>	<u>Juros incorridos</u>	<u>Juros Pagos</u>	<u>Custo de transação</u>	<u>Saldo final 31/12/2020</u>
BNDES	Finem Repasse direto	nov/27	TJLP	1,30%	682.626	-	-	(36.570)	39.951	(20.243)	-	665.764
BNDES ^(a)	Finem Repasse indireto	nov/27	TJLP	5,28%	663.549	-	-	(35.637)	63.084	(31.770)	-	659.226
Custo de transação					(17.968)	-	-	-	-	-	2.269	(15.699)
Total					<u>1.328.207</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(72.207)</u>	<u>103.035</u>	<u>(52.013)</u>	<u>2.269</u>	<u>1.309.291</u>

(a) Banco do Brasil, Bradesco, Santander e Caixa Econômica Federal

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição do financiamento de longo prazo por ano de vencimento:

	2022	200.604
	2023	200.604
	2024 em diante	585.094
		986.302
Custo de transação		(11.160)
		975.142

(b) Garantias

O contrato de Financiamento com o BNDES detém como garantia as ações da Companhia e os direitos creditórios da concessão que são compartilhados entre o BNDES e os bancos repassadores da transação. Além disso, o BNDES detém como garantia uma fiança corporativa emitida por um acionista intermediário, a Changi Airports International Pte. Ltd., garantindo a totalidade dos recursos da tranche direta do financiamento.

(c) Covenants

O financiamento possui cláusulas de vencimento antecipado (*covenants*). As violações no cumprimento dos *covenants* permitem que o agente financeiro requeira imediatamente a liquidação dos financiamentos. Não houve violações dos *covenants* nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

15 Arrendamentos

(a) Movimentação

	<u>2020</u>	<u>Alterações contratuais</u>	<u>Adições</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Juros incorridos</u>	<u>2021</u>
Equipamentos	2.267	-	-	(1.141)	141	1.267
Licença de software	-	-	5.745	(2.036)	327	4.036
	<u>2.267</u>	<u>-</u>	<u>5.745</u>	<u>(3.177)</u>	<u>468</u>	<u>5.303</u>

Os pagamentos futuros de contraprestações dos contratos de arrendamento estão detalhados a seguir.

(b) Composição

	<u>2021</u>
2022	3.273
2023	2.322
Total de pagamentos	5.595
Total de juros	(292)
Valor presente dos pagamentos	5.303
Passivo circulante:	3.022
Passivo não circulante:	2.281

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Adiantamento de clientes

Os valores registrados na rubrica de adiantamento de clientes no montante de R\$ 123.961 (31 de dezembro de 2020, R\$ 133.872) sendo R\$ 22.150 (31 de dezembro de 2020, R\$ 17.430) no passivo circulante e R\$ 101.811 (31 de dezembro de 2020, R\$ 116.442) no passivo não circulante, referem-se a receitas não tarifárias de cessão de espaços físicos para fins comerciais, que serão apropriados aos exercícios futuros conforme a sua competência.

17 Obrigações com Poder Concedente

	2021		2020	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Contribuição fixa (a)	-	35.413.682	-	31.332.698
Ajuste a valor presente (a)	-	(19.217.826)	-	(17.553.503)
Contribuição mensal	14.491	-	9.251	-
Contribuição variável (b)	20.282	-	21.980	-
Reequilíbrio econômico financeiro (c)	(34.773)	(247.736)	(31.231)	(281.028)
	-	15.948.120	-	13.498.167

- (a) Conforme o termo aditivo nº 001/2017 do contrato de concessão, as parcelas serão liquidadas anualmente a partir de 2023, com vencimento no dia 07 de maio.
- (b) Em 14 de maio de 2021, a Companhia liquidou a parcela referente ao exercício de 2020, no montante de R\$ 21.980. A Companhia apurou o valor de R\$ 20.282 a ser liquidado na data de 15 de maio de 2022.
- (c) Refere-se ao crédito de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão em razão dos prejuízos causados pela pandemia no ano de 2020. Em 2021 houve atualização monetária no valor de R\$ 56.721 e compensação de contribuição mensal e variável no valor de R\$ 85.130.

18 Outros passivos

	2021	2020
FNAC (a)	124	2.229
ATAERO (b)	295	296
PAN e PAT (c)	606	382
	1.025	2.907

- (a) O repasse FNAC corresponde ao Adicional de Tarifa de Embarque Internacional (TEI) incidente sobre as tarifas de embarque internacional instituído pela Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999. Esse repasse foi extinto pela Lei nº 14.034 de 5 de agosto de 2020, a partir do 1º dia de janeiro do ano de 2021. O valor de R\$ 124 é referente a títulos de competência anterior a extinção do adicional ainda não recebidos pela Concessionária.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (b) O repasse ATAERO corresponde ao Adicional de Tarifa Aeroportuária instituído pela Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989, cobrado sobre as tarifas aeroportuárias domésticas no valor de 35,90% dos valores efetivamente cobrado dos usuários. Esse repasse foi extinto pela Lei nº 13.319 de 25 de julho de 2016, a partir do 1º dia de janeiro do ano de 2017. O valor de R\$ 295 é referente a títulos de competência anterior a extinção do adicional ainda não recebidos pela Concessionária.
- (c) O repasse PAN/PAT é destinado ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo (“DECEA”) em função da utilização dos serviços, instalações, auxílios e facilidades destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea em rota, em área de aproximação e em área de controle de aeródromo.

19 Contingências

A Concessionária é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Conforme opinião dos assessores jurídicos da Companhia, apresentamos as ações a seguir que possuem expectativa de perda provável, para as quais foram constituídas as respectivas provisões, e as que possuem expectativa de perda possível, sendo apenas divulgadas de acordo com o CPC 25 (IAS 37) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Prováveis

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Cíveis	-	6
Trabalhistas	1.182	1.534
Administrativas	186	889
	<u>1.368</u>	<u>2.429</u>

Possíveis

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Cíveis (a)	13.416	12.334
Trabalhistas (b)	12.580	8.836
Tributários (c)	389.500	366.244
Administrativas (d)	106.881	101.961
	<u>522.377</u>	<u>489.375</u>

(a) Riscos Cíveis

Processos judiciais cujo objeto verse sobre matéria cível nos quais a Concessionária seja parte, tais como, mas não limitados a indenizações por danos morais e materiais decorrentes de relação de consumo ou não, cobranças, reintegrações de posse, obrigações de fazer, declaratórias.

(b) Riscos Trabalhistas

Processos judiciais e administrativos que versem sobre matéria trabalhista ou previdenciária nos quais a Concessionária seja parte, inclusive aqueles em curso perante o Ministério Público do Trabalho e Ministério da Economia (Secretaria da Previdência e Trabalho).

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Riscos Tributários

Processos judiciais e administrativos que versem sobre matéria tributária nos quais a Concessionária seja parte, tais como, mas não limitados a, autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil, cujo objeto está relacionado à utilização de créditos tributários de PIS e COFINS e lançamentos de Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU) pela Secretaria Municipal de Fazenda do Rio de Janeiro.

(d) Riscos Administrativos

Processos administrativos instaurados por quaisquer órgãos da Administração Pública e órgãos de controle; processos administrativos investigatórios instaurados pelo Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual; autos de Infração lavrados por entidades da Administração Pública, tais como, mas não limitadas a, órgãos da Administração Pública Direta, Agências Reguladoras, Conselhos de Classe etc, nos quais a Concessionária figure no polo passivo. Processos judiciais que versem sobre matérias relacionadas à execução do Contrato de Concessão e a penalidades regulatórias nos quais a Concessionária seja parte. Autuações oriundas de autoridades administrativas, principalmente pela notificação de lançamento emitida pela Secretaria de Aviação Civil (SAC), sobre divergências no valor do repasse do Adicional de Tarifa Aeroportuária (ATAERO) e do Adicional de Tarifa de Embarque Internacional (TEI).

Depósitos Recursais

Em 31 de dezembro de 2021 a Concessionária possuía R\$ 570 (31 de dezembro de 2020, R\$ 442) em depósitos recursais e R\$ 571 (31 de dezembro de 2020, R\$ 571) em depósitos judiciais. Os depósitos judiciais e recursais são reconhecidos no ativo não circulante na rubrica outros ativos.

Ativos Contingentes

Conforme CPC 25 (IAS 37) - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando for provável a entrada de benefícios econômicos. Entretanto, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado.

Em 5 de outubro de 2020, a Companhia impetrou mandado de segurança com valor da causa de R\$ 22.000 com o objetivo de discutir a exigibilidade e validade do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") sobre energia elétrica à alíquota de até 28% à luz das limitações impostas pelo princípio da seletividade, bem como do Fundo de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais ("FECPS") à alíquota de 4%. Atualmente, a Companhia aguarda o julgamento da Apelação interposta em face da decisão de 1ª Instância que denegou a segurança.

Paralelamente a esse processo, o Supremo Tribunal Federal ("STF") ao analisar o Recurso Extraordinário nº 714.139 - Tema nº 745, elevado à condição de repercussão geral, por maioria de votos, julgou inconstitucional a Lei do estado de Santa Catarina que prevê a incidência de ICMS à alíquota de 25% sobre energia elétrica e serviços de telecomunicação. Nesse sentido, ao reconhecer o caráter essencial da energia elétrica e dos serviços de telecomunicações à população, o Tribunal determinou a aplicação da alíquota base do imposto, que é de 17% no estado de Santa Catarina, sobre essa mercadoria e esse serviço. A decisão proferida pelo STF em sede de repercussão geral é favorável à tese que a Companhia sustenta, já que os tribunais estaduais devem repetir a interpretação.

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Quanto ao FECP, apesar de o comando constitucional estabelecer um limite de até dois pontos percentuais à título do adicional, restando assim clarividente a inconstitucionalidade do adicional de quatro pontos percentuais estabelecido pelo Estado do Rio de Janeiro, verificamos que os tribunais superiores ainda apresentam divergência de entendimento.

20 Patrimônio líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social e o quadro acionário da Companhia estão representados a seguir:

<u>Acionistas</u>	<u>Capital integralizado</u>	<u>Quantidade de ações nominativas</u>	<u>Participação (%)</u>
Rio de Janeiro Aeroporto S.A.	2.913.100	2.913.100.430	51%
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO	2.798.861	2.798.861.196	49%
	<u>5.711.961</u>	<u>5.711.961.626</u>	<u>100%</u>

O capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 5.711.961.

21 Receita líquida

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita de construção	40.747	34.834
Receita de operação bruta		
Receita aeroportuária	98.078	116.213
Receita de cargas	213.922	197.729
Receita comercial	180.617	232.829
Outras receitas	2.464	2.193
	<u>495.081</u>	<u>548.964</u>
Receita bruta total	<u>535.828</u>	<u>583.798</u>
Tributos sobre receita	(60.871)	(64.325)
Devoluções e cancelamentos	<u>(9.676)</u>	<u>(28.563)</u>
	<u>465.281</u>	<u>490.910</u>

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Custos dos serviços	2021	2020
Custo de operação		
Amortização do intangível	(39.650)	(46.216)
Serviços de terceiros	(101.862)	(127.590)
Custo de material	(6.807)	(4.463)
Contribuição variável	(19.948)	(21.617)
Contribuição mensal	(68.390)	(69.290)
Custo com utilidades	(36.032)	(33.464)
Gastos com pessoal	(62.750)	(70.653)
	<u>(335.439)</u>	<u>(373.293)</u>
Custos de construção da infraestrutura	<u>(40.747)</u>	<u>(34.834)</u>
	<u><u>(376.186)</u></u>	<u><u>(408.127)</u></u>
23 Despesas gerais e administrativas		
	2021	2020
Despesas com pessoal	(32.049)	(37.078)
Despesas com serviços	(23.722)	(25.812)
Despesas administrativas	(6.148)	(9.852)
Depreciação e amortização	(6.464)	(6.552)
Despesas com materiais, taxas e outros	(5.673)	(5.130)
	<u>(74.056)</u>	<u>(84.424)</u>

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Resultado financeiro, líquido

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	14.883	10.256
Variação monetária	57.016	14.316
Juros sobre atraso	2.340	1.106
Outras	41	232
	<u>74.280</u>	<u>25.910</u>
Despesas financeiras		
Juros e encargos financeiros sobre financiamentos	(101.376)	(105.304)
Variação monetária da contribuição fixa	(717.138)	(338.201)
Ajuste a valor presente da contribuição fixa	(213.380)	(219.556)
Juros sobre reperfilamento da contribuição fixa	(196.421)	(169.973)
Outras	(4.822)	(4.268)
	<u>(1.233.137)</u>	<u>(837.302)</u>
	<u>(1.158.857)</u>	<u>(811.392)</u>

25 Prejuízo por ação

(a) Básico e diluído

O prejuízo básico por lote de ações é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício findo em 31 de dezembro:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Companhia titulares de ações	(1.132.874)	(1.816.963)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (lote de mil)	<u>5.711.961</u>	<u>5.711.961</u>
Prejuízo básico e diluído por ação - R\$	<u>(0,20)</u>	<u>(0,32)</u>

26 Seguros

As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A Companhia apresenta as seguintes apólices de seguros contratadas com terceiros:

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Modalidade	Seguradora	Vigência até	Cobertura
Seguro de veículos	TOKIO MARINE	30/09/2022	(*)
Seguro de riscos operacionais	TOKIO MARINE	30/09/2022	6.102.511
Seguro de responsabilidade civil de Hangar e serviços aeroportuários	MAPFRE	17/10/2022	USD 500.000
Seguro de terrorismo e sabotagem	AIG	02/10/2022	800.000
Seguro garantia executante concessionário	POTTENCIAL	02/04/2023	395.354
Seguro Responsabilidade civil de diretores e administradores (D&O)	AUSTRAL	31/12/2021	30.000
Seguro de responsabilidade civil operações amplas	AIG	17/10/2022	30.000
Seguro de responsabilidade civil geral obras	AIG	17/10/2022	30.000
Seguro de riscos ambientais	AIG	31/12/2021	20.000
Seguro riscos diversos equipamentos	HDI	16/04/2022	8.680
Seguro garantia de compra e venda de energia Engie	POTTENCIAL	31/12/2021	4.358
Seguro garantia de compra e venda de energia CPFL	POTTENCIAL	31/12/2021	1.176
Seguro garantia judicial processo nº 10715.723744/2019-11	POTTENCIAL	13/03/2025	444
Seguro garantia judicial processo nº 10715.721903/2019-43	POTTENCIAL	28/04/2026	365

(*) 110% da Tabela FIPE

27 Eventos subsequentes

A Companhia avaliou os impactos do conflito entre Rússia e Ucrânia e, embora o conflito em questão não tenha afetado o resultado da Companhia até o momento, já que os impactos se restringem às viagens canceladas de ou para esses países, já vindo sendo observadas movimentações de mercado que trarão impacto, ainda intangíveis para a Companhia de forma direta ou indireta, como por exemplo: (i) aumento do preço do petróleo podendo fazer as companhias a reduzir investimentos e frotas; e (ii) aumento da passagem aérea ocasionando em uma possível contração da demanda por viagens aéreas.

Como mencionado na nota 1(b), a Companhia apresentou pedido para início de processo de relicitação da concessão junto à ANAC, conforme previsto na lei nº 13.448, de 05 de junho de 2017. O pedido considerou os fatos abaixo dispostos:

- (i) As graves crises macroeconômicas pelas quais passa o Brasil desde 2014;
- (ii) O grande descompasso entre a demanda projetada – e constante dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômico-financeira e Ambiental (“EVTEA”) que precificaram o valor mínimo de outorga e o programa de investimentos, dentre outros – e a demanda realizada durante a execução contratual;
- (iii) A recente e imprevisível crise decorrente da pandemia da COVID-19, evento de força maior, afetando sobremaneira o setor de infraestrutura aeroportuária; e
- (iv) A ocorrência de eventos que causaram desequilíbrio econômico-financeiro da Concessão e que não foram recompostos tempestivamente e em sua totalidade pela ANAC, incluindo o pleito apresentado referente aos impactos da pandemia ao longo de todo o período da Concessão.

* * *

Certificate Of Completion

Envelope Id: 2CBF39EEFC66435BB4749FF6CDB1BAA0

Status: Completed

Subject: Relatório CARJ 2021 - Português

Source Envelope:

Document Pages: 46

Signatures: 1

Envelope Originator:

Certificate Pages: 2

Initials: 0

Erivelton Ramos

AutoNav: Enabled

Av. Francisco Matarazzo, 1400, Torre Torino, Água

Envelopeld Stamping: Enabled

Branca

Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

São Paulo, SP 05001-100

erivelton.ramos@pwc.com

IP Address: 34.100.9.246

Record Tracking

Status: Original

14 April 2022 | 16:39

Holder: Erivelton Ramos

erivelton.ramos@pwc.com

Location: DocuSign

Status: Original

14 April 2022 | 16:48

Holder: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Location: DocuSign

@pwc.com

Signer Events

Cáren Henriete Macohin

caren.macohin@pwc.com

Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate

Signature Provider Details:

Signature Type: ICP Smart Card

Signature Issuer: AC SERASA RFB v5

Signer CPF: 01454117966

Signer Role: Sócia de Auditoria

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via DocuSign

Signature

DocuSigned by:



910EEF671FE0435...

Timestamp

Sent: 14 April 2022 | 16:43

Viewed: 14 April 2022 | 16:47

Signed: 14 April 2022 | 16:48

Signature Adoption: Pre-selected Style

Signed by link sent to caren.macohin@pwc.com

Using IP Address: 201.56.5.228

In Person Signer Events**Signature****Timestamp****Editor Delivery Events****Status****Timestamp****Agent Delivery Events****Status****Timestamp****Intermediary Delivery Events****Status****Timestamp****Certified Delivery Events****Status****Timestamp****Carbon Copy Events****Status****Timestamp**

Erivelton Ramos

erivelton.ramos@pwc.com

PwC BR

Security Level: Email, Account Authentication (None)

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via DocuSign

COPIED

Sent: 14 April 2022 | 16:48

Viewed: 14 April 2022 | 16:48

Signed: 14 April 2022 | 16:48

Witness Events**Signature****Timestamp****Notary Events****Signature****Timestamp****Envelope Summary Events****Status****Timestamps**

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
Envelope Sent	Hashed/Encrypted	14 April 2022 16:43
Certified Delivered	Security Checked	14 April 2022 16:47
Signing Complete	Security Checked	14 April 2022 16:48
Completed	Security Checked	14 April 2022 16:48

Payment Events	Status	Timestamps
-----------------------	---------------	-------------------